

# A LITERATURA DEVOCIONAL EM LÍNGUA VERNÁCULA E A REFORMA DOS CUIDADOS COM OS ENFERMOS NO PORTUGAL TARDO-MEDIEVAL: A CARIDADE, A ASSISTÊNCIA E A MISERICÓRDIA.

## *LITERATURE DEVOTIONAL IN THE VERNACULAR AND CARE REFORM WITH SICK IN PORTUGAL LATE MEDIEVAL: CHARITY, ASSISTANCE AND THE MERCY.*

André Costa Aciole da SILVA<sup>1</sup>.

**Resumo:** O objetivo deste artigo é demonstrar como a literatura devocional, em língua portuguesa, colaborou para a difusão de uma série de ideias associadas à caridade, assistência e misericórdia que orientaram as práticas régias e sociais de apoio aos enfermos. Dar-se-á destaque a duas instituições portuguesas criadas em fins da Idade Média: o Hospital de Todos os Santos, em Lisboa e o Hospital de Nossa Senhora do Pópulo, nas Caldas da Rainha como exemplo da reforma da assistência aos enfermos.

**Palavras-Chave:** Assistência, enfermos, hospitais, Idade Média, Portugal, literatura devocional.

**Abstract:** The purpose of this article is to demonstrate how the devotional literature in Portuguese, contributed to the spread of a number of ideas associated with love, care with the sick and mercy that guided the royal and social practices of support to the sick. We will highlight the two Portuguese institutions created in the late Middle Ages: the Hospital of All Saints in Lisbon and the Hospital of Our Lady of Populo, in Caldas da Rainha as example of reform of the care of the sick.

**Keywords:** Care, sick, hospitals, Middle Ages, Portugal, devotional literature.

Quando estamos trabalhando com a assistência no período tardo-medieval somos forçados a entrar em contato com uma gama de outras noções que se remetem ao apoio aos mais necessitados. Junto à noção de assistência encontramos a caridade, a misericórdia, a piedade, a fraternidade, a solidariedade entre outros. A assistência, desta forma, é uma multiplicidade de ações, é algo que se faz com o objetivo de dar apoio à quem necessita.

A assistência se apresentava das mais variadas maneiras também devido à multiplicidade de situações de fragilidade em que as pessoas careciam de serem assistidas. As formas materiais de assistência mais conhecidas e estudadas são as *gafarias*, *mercearias*, *albergarias* e os *hospitais*. Por serem a tradução de uma

solidariedade vertical<sup>2</sup> estão mais bem estudadas do que outras estruturas de apoio em razão de uma maior documentação a seu respeito. Resta claro que outras formas de apoio, não sistematizadas, que assistiam os que mais precisavam, foram aquelas que assumiram um contorno conhecido como solidariedade horizontal (MARQUES, 1989, p. 11-93). Lembremo-nos dos bodos, das distribuições de comida, por exemplo, em caso de enterramentos de pessoas mais abastadas, das esmolos, entre tantas outras atitudes de solidariedade (ABREU, 2010, pp. 347–351) e apoio surgidos de maneira espontânea (ALMEIDA, 1973, p. 44.). Como podemos observar a assistência é multifacetada. Em razão disso vamos nos ater as formas mais frequentes de assistência a que nos referimos acima.

Mas, antes de traçarmos o cenário da assistência no final da Idade Média Portuguesa que, aliás, foi foco de atenção da monarquia, tendo levado a cabo uma reestruturação da assistência aos enfermos, com a criação dos hospitais reais em Lisboa (Hospital de Todos os Santos) e nas Caldas da Rainha (Hospital de Nossa Senhora do Pópulo), cabe aqui uma reflexão, mesmo que abreviada, sobre quem são os destinatários destas obras. Afinal, quem assiste, assiste a alguém. Não há assistência sem os assistidos.

Está bastante difundida e fundamentada a tese de que as formas de assistência existentes no período medieval voltavam-se, quase exclusivamente, aos pobres. Mesmo nos hospitais criados a partir da ação régia o cuidado com os pobres não será esquecido. Importa destacar sempre que, foi para a cura dos *pobres enfermos*, que o Hospital de Nossa Senhora do Pópulo, fundado por D. Leonor (1458-1525) esposa de D. João II (1455-1495), existia e existe até hoje. São também os pobres aqueles que mais atenção deveriam receber no Hospital de Todos os Santos, em Lisboa<sup>3</sup>.

O olhar sobre os pobres e sobre a pobreza foi, no período medieval, orientado pela doutrina e pela teologia da Igreja Católica. A exegese bíblica e os vários notados religiosos chegaram até mesmo a colocar um acento positivo nas diversas formas de pobreza. Essa foi uma percepção largamente difundida na Alta Idade Média. Michel Mollat já nos lembrou acerca da visão e da funcionalidade dos pobres nos escritos religiosos da Alta Idade Média (MOLLAT, 1989, p. 13-18) e de uma perpetuação desta visão acerca dos mesmos. Para Portugal, em destaque para Coimbra, Maria Antônia Lopes tem apontado para a retomada deste discurso, ou seja, o de que os

pobres desempenhavam um papel importante na dinâmica social, ainda no final da Idade Moderna (LOPES, 2000, p. 23-38).

A Bíblia sempre foi a fonte onde se bebia para dar a entender o mundo e o papel social de cada um. Foi também dos textos bíblicos que se extraiu a concepção positiva do pobre e dos excluídos. O texto bíblico está repleto de passagens em que se evidenciam uma preferência divina pelos pobres e marginalizadose onde os fiéis são instigados a prática da assistência e da caridade<sup>4</sup>.

Também podemos notar, em outras passagens bíblicas, que a salvação poderá ser alcançada pelos ricos. Entretanto, apenas se a sua riqueza for colocada em favor dos pobres. Essa é uma importante assertiva para o compreendermos o papel das formas materiais de assistência na Baixa Idade Media. No nosso caso isso é ainda mais evidente, uma vez que, na origem da reforma da assistência aos enfermos, está a espiritualidade e devoção próprias desta relação entre ricos e pobres onde, para a salvação dos primeiros, é preciso a prática da misericórdia e da caridade para com os segundos.

Para entendermos origem e finalidade dos hospitais régios, formas mais acabadas da nova assistência aos enfermos, devemos ter em mente que a caridade para com os pobres enfermos e a salvação da alma de seus fundadores estavam intimamente relacionadas. No prefácio do *Compromisso do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo*, situado nas Caldas da Rainha, termo de Óbidos, fica evidente as razões de fundo devocional e próprias da espiritualidade tardo-medievais que motivaram a criação desta instituição.

Em nome da Santa Trindade, Padre e Filho e Espírito Santo, tres pessoas e um so Deus verdadeiro, principio e fim de todo bem, em seu louvor dirigido e ordenado.

Quanto as obras de misericordia feitas em os proximos com caridade, assim espirituais como corporais, sejam aceites a Jesus Cristo Nosso Senhor.

Quiz-no-lo por sua piedade manifestar e encomendar por São Mateus aos 19 capitulos para que mais e efectuosamente nos esforçassemos a cumpri-las. E portanto nos, a rainha D. Leonor, mulher d' el-Rei D. João, meu senhor, que santa gloria haja, o segundo que foi de Portugal, desejando dar execução as tais obras tanto por Nosso Senhor encomendadas e considerando nos como se poderiam perfeitamente a serviço de Deus em algum lugar inteiramente cumprir, determinamos e ordenamos, em louvor de Deus e Nossa Senhora a Virgem gloriosa Maria, sua madre, e, por usarmos de caridade com os

próximos, mandar fazer uma igreja da invocação de Nossa Senhora de Populo e um hospital dentro em a nossa vila das Caldas, em que queremos que se cumpram as ditas obras de misericórdia espirituais e corporais quanto possível for, pela alma d' el-Rei D. João, meu senhor, e minha e do príncipe D. Afonso, nosso filho, que a santa glória hajamos. Por bem do qual mandamos fazer este compromisso e instituição seguinte (...)<sup>5</sup>.

A ideia de que as formas materializadas de assistência e a caridade para com os mais necessitados contribuíam em favor dos doadores está aqui muito evidente. O segundo parágrafo mostra como esta associação direta era aceite, uma vez que se esperava que “(...) as obras de misericórdia feitas em os próximos com caridade, assim espirituais como corporais, sejam aceites a Jesus Cristo Nosso Senhor (...)”.

Esta passagem nos remete a um tema importante e que aqui deve ser esclarecido: as obras de misericórdia. Importa destacar que o texto final do Compromisso resulta da elaboração cuidadosa de um grupo de pessoas, que tem como expoente máximo o Cardeal de Portugal, D. Jorge da Costa. Quando da viagem em embaixada de Diogo Dias, homem de confiança da rainha, a Roma, D. Leonor o orientou quanto ao que deveria fazer nessa embaixada. Nos apontamentos dados pela rainha para tal evento, solicita ao dito Diogo Dias que:

(...)lhe direes da nosa parte que lhe pedimos muy afetosamente que por o noso não lhe seja trabalho querer ver de verbo a verbo o trelado do comprimiso que temos feito pera o espirital da nosa villa das caldas o qual per suas mãas foy começado e avido com trabalho seu muytas graças que tem E por que nenhuua cousa nossa não queríamos nunca se fose possível fazer sem seu conselho e autoridade (...)<sup>6</sup>.

O documento final do *Compromisso do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo* é um texto aceite pela Cúria papal e, portanto, dentro dos cânones da Igreja. Mas não só. É um texto que deixa transbordar esta nova forma de espiritualidade e devoção próprias do ambiente tardo-medieval e do início da Idade Moderna, caracterizada pela ação prática em favor dos mais necessitados, pela materialização da virtude misericórdia por uma série de formas, sendo que uma destas é resultado da própria ação da rainha. Estamos nos referindo às Misericórdias sendo a de Lisboa a mais importante.

Fundada pela própria D. Leonor, quando regente, no reinado de seu irmão D. Manuel (1495-1521), seu Compromisso (da Misericórdia de Lisboa) é anterior ao

Compromisso do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo. A Misericórdia e o Hospital foram criações direcionadas pela mesma figura, no mesmo contexto e, desta forma, não é de se estranhar que existam tantos pontos de contato entre ambas.

Retomando o tema das obras de misericórdia, objetivo máximo da caridade tardo-medieval portuguesa, são elas, como pudemos ver no intróito do Compromisso do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo, explanadas no Evangelho de São Mateus. Isabel dos Guimarães Sá identificou, no capítulo 25 deste texto bíblico, e não no capítulo 19, como indicado no fragmento que lemos acima, a fonte que será a mais elaborada pelos homens do momento para doutrinar a prática das sete obras corporais (SÁ, 1998. p.42-46).

(...)Quando o Filho do homem voltar na sua glória e todos os anjos, com ele sentar-se-á no seu trono glorioso. Todas as nações se reunirão diante dele e ele separará uns dos outros, como o pastor que separa as ovelhas dos cabritos. Colocará as ovelhas à sua direita e os cabritos à sua esquerda. Então o Rei dirá aos que estão à direita: 'Vinde benditos de meu pai, tomai posse do Reino que vos está preparado desde a criação do mundo porque tive fome e me destes de comer; tive sede e me deste de beber; era peregrino e me acolhestes, nu e me vestistes; enfermo e me visitastes; estava na prisão e viestes a mim.' Perguntar-lhe-ão os justos: 'Senhor, quando foi que te vimos com fome e te demos de comer, com sede e te demos de beber? Quando foi que te vimos peregrinos e te acolhemos, nu e te vestimos? Quando foi que te vimos enfermo ou na prisão e te fomos visitar?' Responderá o Rei: 'Em verdade eu vos declaro: todas as vezes que fizestes isso a um destes meus irmãos mais pequeninos, foi mim mesmo que o fizeste.' Voltar-se-á em seguida para os da sua esquerda e lhes dirá: 'Retira-te de mim, malditos! Ide para o fogo eterno destinado ao demônio a aos seus anjos. Porque tive fome e não me deste de comer; tive sede e não me deste de beber; era peregrino e não me acolheste; nu e não me vestiste; enfermo e na prisão e não me visitaste.'(...)<sup>7</sup>

Além destas, foi acrescentada, na Idade Média, enterrar os mortos, que era, inclusive, uma das obrigações mais importantes das Misericórdias do período moderno. Apesar de o texto tratar do Juízo Final como tema central, pudemos observar que aqui se apresenta uma mensagem clara e receita da salvação: as obras de misericórdia!

Importa notar que a espiritualidade e a religiosidade inspiravam as ações e de modo especial, devemos destacar como os homens dessa época refletiam sobre estas obras de misericórdia. Uma das grandes dificuldades do pesquisador ao se aproximar das instituições hospitalares e de assistência no período tardio medieval, é que estas

estão sempre orientadas e organizadas tendo em consideração uma série de conceitos que muitas vezes são difíceis de definir. No estudo deste tema misericórdia, caridade, assistência, ternura, paixão, clemência, bondade e amor tendem a se misturar e acabam sendo entendidas como sinônimos. Ivo Carneiro de Sousa assenta que misericórdia é uma palavra que estabeleceu, pelo menos, a ligação com outras duas ideias cruciais nas Sagradas Escrituras: compaixão e fidelidade (SOUSA, 2002, p. 205).

A noção de compaixão estaria relacionada aos laços familiares de maternidade e paternidade, sendo traduzidas no perdão e no apoio e sofrimento mútuo em situações difíceis. Destaca-se aqui o sentido primeiro da palavra compaixão, *compassio* quer dizer aqui sofrer junto. De outra banda a fidelidade, por resultar de uma relação entre duas pessoas, procurou associar-se á piedade consciente, intencional e orientada.

Desta forma a ideia de misericórdia que se pretende inculcar é aquela que leva o indivíduo a ação prática. Ao ter compaixão dos mais necessitados, sofrendo junto destes, o fiel deveria se mostrar piedoso, orientando sua ação para o exercício das diferentes obras de misericórdia que vimos identificadas no texto do Evangelho de São Mateus.

Todavia nem sempre era possível assegurar que as pessoas, mesmo as mais cultas, pudessem fazer esse caminho de reflexão a partir das Sagradas Escrituras, associando a misericórdia à compaixão e a fidelidade. Ou ainda, fazer relações entre as alegorias da Misericórdia e da Justiça, por exemplo<sup>8</sup>. Por isso mesmo veremos ser produzidas algumas obras de cunho didático que pretendiam orientar como praticar a caridade. É o caso da pequena obra “*Explicações das obras de misericórdia*”<sup>9</sup>. Este pequeno textobrotado no século XV, em linguagem vernácula e bastante acessível, tem um fundo pedagógico, é uma das fontes que acreditamos dar conta de sistematizar como a temática das obras de misericórdia eram entendidas no momento. Dedicar-se em grande parte ao comentário e ao exercício das obras corporais e, por isso mesmo, nos interessa em particular, uma vez que uma destas era *cuidar dos enfermos*.

Como nos referimos anteriormente, as noções do momento acerca da misericórdia, estão vinculadas a ação concreta do cristão. Assim também a misericórdia é apresentada neste manuscrito alcobacense. O autor, provavelmente frei Luís de Melgaço, afirma que a misericórdia é a virtude da alma que permite a ação. O cristão deve então ser movido pela misericórdia no socorro dos irmãos, pois “(...) he decta

misericórdia de coração da qual diz Sam Lucas em o samaritano que se doia do chagado moveusse pera misericórdia<sup>10</sup>”.

A leitura desta pequena obra escrita em linguagem vernácula, portanto voltada para a instrução de todos os que a ela tivessem acesso, demonstra não apenas o espírito didático do autor e a “cultura de caridade” da época, mas aponta para um mapeamento muito preciso dos temas relacionados. Podemos perceber, com uma rápida leitura dos títulos dos capítulos da obra, o caminho a ser percorrido pelo cristão. Primeiro a definição da misericórdia como virtude motivacional, depois a exposição das obras de misericórdia corporais e espirituais. Apresentadas as obras de misericórdia, é feita uma exposição do que é a misericórdia divina e de sua grandeza. É aqui que chegamos ao ponto mais relevante da obra: é para alcançar a misericórdia divina que se devem fazer as obras de misericórdia para com os mais necessitados. Como?

[...] se pode guaanhar a mysericordia de Deus e dezemos que de quatro guisas **a primeira por maneira de merceeassy como se damos todos nososbeens a nossos irmaãos os pobres (grifo nosso)** e por esto disse Jhesu Christo no Avangelho de Sam Mateus bem aventurados [fl. 186v] som os misericordiosos ca a misericórdia averam e este foy o conselho que deu Daniel a Nobucadanasor contra o qual foy dada sentença por Deus dizendo rimi teus pecados por esmollas e tuas maldades em misericórdia dos pobres [...] <sup>11</sup>.

Como ficou claro, os bens materiais que abundam para uns não existem por si só. É, para que possam servir de auxílio ao próximo, e assim se obtenha a misericórdia divina, que os bens dos ricos devem ser usados por eles. É este desprendimento em favor dos pobres que cria o caminho para os ricos terem acesso aos privilégios dos misericordiosos, já que esse desprendimento consciente os fazem *pobres de vontade*. Deste modo estes *pobres de vontade* alcançarão os privilégios dos misericordiosos<sup>12</sup>.

A fórmula final, presente na obra, foi compreendida pelos contemporâneos e parece poder ser sintetizada da seguinte maneira: É por meio do trabalho e usando dos bens materiais através das obras de misericórdia corporais e espirituais, em favor dos mais necessitados, que se alcança a Misericórdia Divina e os privilégios associados aos misericordiosos.

Há ainda que se fazer menção a uma outra obra, publicada no início do século XVI, que se tornou bastante conhecida. E é fundamental neste estudo, pois a

identificação das obras de misericórdia, e os sentidos doutrinários, estavam assentados em uma produção literária, já publicadas em língua vernácula, que reforçava esta “cultura da caridade” em seu sentido religioso e prático, de modo que se tornavam acessíveis a mais pessoas. Afinal essa é a razão e o propósito de fazer a publicação das obras na linguagem ouvida e falada por todos os súditos dos reis de Portugal.

Antes de iniciar a explanação acerca desta obra importa esclarecer a razão do uso de fontes que, aparentemente, não tem relação com o tema proposto, ou seja, a reforma na assistência aos enfermos. Quando nos aproximamos da novidade que foi criada no século XV para assistir aos enfermos, fica evidente que a principal ação da monarquia portuguesa estava voltada para a reorganização ou fundação de hospitais que tinham por objetivo a cura dos enfermos.

Assim, estamos tratando de hospitais (sendo os primeiros, não os únicos, fundados em Lisboa e nas Caldas da Rainha) no sentido moderno do termo, ou seja, que foram criados para curar. Entretanto, na raiz destas instituições hospitalares, há uma série de ideias que não estão fora da esfera religiosa. Citamos acima a introdução do *Compromisso do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo* e indicamos a influência do cardeal de Portugal, D. Jorge da Costa.

Queremos também entender sobre quais bases doutrinárias se assentam a criação destes hospitais, exemplo mais claro desta reforma da assistência, que se encontra, diga-se com ênfase, instaurado dentro da mesma espiritualidade portuguesa em finais da Idade Média e início da Idade Moderna ou, como querem alguns, de uma espiritualidade do Renascimento português. A forma mais clara, sob nossa perspectiva, em que se pode acessar essa espiritualidade é também por meio das obras de maior conhecimento no momento, dadas ao público em língua vernácula, por meio da imprensa.

A importância da impressão de obras em português na circulação de ideias e valores já foi mais do que comprovada. O que pretendemos é destacar a importância destas ideias para a disseminação das vantagens espirituais (sem desconsiderar o prestígio social) associadas à realização das obras de misericórdia, para aqueles que as praticaram por entenderem que havia algum proveito nelas. São quase sempre os indivíduos de categoria sociais mais destacadas que vão executar tais obras de misericórdia, pois entenderam que a eles se dirigiam esses discursos. Este era seu



entendimento e daí se orienta a ação (CHARTIER, 1991, p. 180). Não queremos dizer que os menos favorecidos não exerciam as obras de misericórdia, mas, no nosso caso de estudo, são para os menos favorecidos que devem ser realizadas tais obras.

Em outras palavras, estamos pretendendo mostrar como as obras devocionais, de modo especial as impressas em língua vernácula, tiveram papel importante neste processo de expansão das atitudes de assistência aos mais necessitados concretizadas pela monarquia (e absorvido pelos mais abastados), neste movimento de reordenamento da assistência aos enfermos e que formam ampliadas com a expansão das Misericórdias no reino e no ultramar.

Nesse sentido destaca-se a obra intitulada “*Sacramental*”, de Clemento Sánchez de Vercial, publicada em 1502<sup>13</sup>. Nesta faz-se uma boa demarcação do que deve ser entendido como misericórdia assim como das sete obras de misericórdia corporais. Além disso, é fato confirmado que a obra referida está entre os primeiros livros impressos em língua portuguesa na península Ibérica e que teve um imenso valor para a divulgação de uma série de ideias e noções de fundo religioso, uma vez que recebeu várias edições diferentes em período inferior a um século (HORCH, 1987, p. 37).

Segundo podemos observar, nessa produção, assim é definida a misericórdia:

Misericordia he doerse homem da coyta e miseria de seu prouximo e christão e obra de misericordia He oraçom de obra e a he a saber que duas maneyras som de oraçom hua vocal que he da boca assy como a oraçom que fazemos roguando a Deos pedido-lhe algua cousa. Outra he real que he de obra e esta he esmola e esta oraçom de obra som as obras de misericordia ou algua dellas e assi como as oras canonicas da ygreja som sete assy as obras de misericordia som sete segundo a diante se dira.<sup>14</sup>

Aqui se faz a exortação a ação dos homens em favor de sua próximo. Por tratar-se de obra devocional o objetivo é, ao apelar para a obrigação moral do cristão, definida por Cristo e pela Igreja, promover a mobilização social. Observa-se que o autor faz questão de afirmar que a misericórdia é tomada de atitude – “[...] *He oraçom de obra* [...]”. Sob a ótica do autor, os homens do século XVI não podem ser misericordiosos sem que sejam atuantes, daí o sentido de oração de obra. A oração não deve apenas ser

“vocal”, quer dizer, acontecer apenas através do contato íntimo com Deus, seja na Igreja ou no espaço privado, a misericórdia deve ser também “real”.

O sentido que o autor dá a essa “misericórdia real” é que nos possibilita entrar especificamente em seu entendimento acerca de tais obras, em especial ao tratar das obras de misericórdia corporais, pois é dentro desse debate que irá se promover a elevação dos Hospitais reais em Portugal.

Retomando o texto desta fonte literária, o “*Sacramental*”, será assim que se apresentam as obras de misericórdia. Observemos que primeiro serão listadas e descritas as obras de misericórdia espiritual, para só então passar a exposição das corporais<sup>15</sup>.

Vimos que o objetivo do autor era ser o mais claro possível. Seu didatismo tem o compromisso de não permitir que haja confusão ou mal-entendido com relação ao papel de cada um no cumprimento de tais obras, que são entendidas como obrigações para o bom cristão.

No que tange às obras corporais o autor é ainda mais didático. Desdobra-se na exposição e explicação de cada uma delas como no caso das primeiras, mas vai ainda mais longe ao identificar em que passagens das Sagradas Escrituras se encontram cada uma delas.

A partir de então discorre sobre cada uma das ditas obras corporais mais demoradamente. Apesar de fragmento um pouco extenso, optamos por transcrever sua apresentação acerca de tais obras corporais em razão de sua relação direta com o cuidado com os enfermos.

A primeira obra de misericórdia he visitar. Ca todo booo christião deve visitar a seu prouximo enfermo maiormente se he prove e **nom soamente visitar mas dar-lhe fisico e mezinha se suas riquezas abastam(grifo nosso)** a elle e se ysto nom poder fazer deve-o consolar e se aquecer de morrer em tere oca todos somos hua carne humana. O que ysto fezom nom ouvira no dia do juizo aquela palavra espantosa. Vistes-me enfermo e nom me visitastes.

A segunda obra de misericórdia he dar de comer ao famynto pollaquel devemos dar de comer e fartar ao prove pero nom lhe devemos dar manjares delicados e desleytos nem fazer convites de grande custa segundo que he dyto já antre os pecados veniaes. E assi como os ricos e de grande estado enfermam alguas vezes comendo manjares grossos e viles, assi os pobres enfermam comendo manjares deleitosos e o que farta ao prove farta a Jesu Christo que disse: Quando a huom dos meus proves fezestes obra de misericordia a mim o fezestes. E qualquer que em tempo de necessidade nom da de comer ao faminto matão e vay contra o mandamento que diz: Nom mataras.

A terceira he dar de beber. Por esta se entende que todo christião deve dar de beber ao prove que ha mester e nom devemos menos preçar ao prove nen dizer palavras ásperas assi, como alguns fazem, que nom soamente dar-lhe de comer que devem dar e fazer-lhe esmolas mas nom lhe da magoa e fazem lhe pesar e nojo que non lhe demandam por Deus e o que he escasso e avarento a pesar e nojo que non lhe demandam por Deus e recebe mal ao prove e envia-o desconsolado, assi como fez o rico a Sam Lazaro, non se acordando que lhe deu todallas riquezas e Deus que disse vistes-me que avia sede e destes-me a beber.

A quarta he remir e por esta esmola he obra de misericordia devemos e somos obrigados remir e sacar de cativeyro os que estam em poderio de infiees para que sejam fiees christãos carecimento a nosso christião nosso proprio sangue remimos tomando enxemplo em nosso Salvador Jesu Christo que nos remio por seu sangue precioso do cativeyro em que estamos neste mundo da pena perduravel que avemos de receber no i<nferno>.

A <quynta he> vestir. Devemos vestir ao prove que esta nuu e padece frio por mingoa de vestiduras e aquelles que tem muytas vestiduras e muitos pãos devense acordar do mandamento de Nosso Senhor que disse: Quem tiver duas sayas de a h̃ua ao que a non tem. No mundo nom hay tam justo nem tam escasso como he o que soo despense e gasta as cousas que a ca muitos pobres som em mester. E tam gram pecado he nom dar aos pobres as cousas que ham mester como tomar e roubar-lhe o seu ao que tem e o que he escasso detem o pam dos mesteyrosos que padecem fame e garda e encerra as vestiduras dos nuus e tantos beens rouba quantos poderia dar alem dos que ham mester fazendo bem e a Nosso Senhor Jesu Christo cada dia se querella e diz vistes-me nuu e nom me vestistes.

A sexta he dar pousada. Nos devemos receber em nossas pousadas aos proves que nom tem casas proprias em que possam morar e nom devemos consentir que os proves estem as portas de fora com os caães. E a segundo natureza da carne humana devemos aver caridade em os proves que som homeens assi como a nos ca quanto quer que o prove seja vil e feo feytura he de Deus e como quer que todos som obrigados de fazer esta obra de misericordia muyto mais os perlados e sacerdotes. Segundo Sam Paulo escreveo em suas epistolas e diz Sam Hieronimo que a casa do clerigo deve seer comum a todos por três rezoões. A i por que se elle nom da posada nem recebe os proves nom pode amoestar bem aos outros que o façam. A ii por que por esta obra de piedade Deus da galardom em este mundo e no outro. E onde diz o apostolo usa a obra da piedade ca he boo uso do corpo e a piedade he proveitosa a todallas cousas Ca por ella he prometida vida deste mundo e do outro. A iii porque Abraham e Loth recebiam aos proves merecerom receber os angeos de Deus.

A sétima he sepultar os mortos. E todo o fyl christião he obrigado de enterrar os proves mortos e se suas riquezas abastam ha-lhe fazer as enxequas e honras a elle convinhavees tomando enxemplo de Thobias que antre todallas outras obras de misericordia que de cada dia fazia era esta quando quer que achava alguns mortos de sua fe ou que eram seus prouxtimos enterrava-os. E qualquer que pode comprir todas estas obras de misericordia ou qualquer dellas o nom faz peca e lhe seram

demandadas no dia do juyzo muy espantavelmente segundo dyto he.[...]¹⁶.

“*Nom soamente visitar mas dar-lhe fisico e mezinha se suas riquezas abastam*”. Essa obrigação presente na descrição da primeira obra de misericórdia corporal está no cerne da ação monárquica voltada para a assistência à saúde. Mas, como veremos, as ações em favor da saúde do reino trarão uma novidade, que não se opõe ao que foi apresentado acima, mas pode ser entendido como um avanço, no sentido da construção de uma política estatal assistencial de atenção à saúde, que pretende estar ao alcance de todos. Como sabemos, os hospitais régios tinham sua atuação voltada não apenas para aqueles que “*suas riquezas abastam*”. Pelo contrário, sua atuação está centrada na “*cura dos pobres enfermos*”.

Por fim gostaríamos de aludir à um dado que está relacionado a gênese do Hospital que se fundou em Caldas da Rainha: as leituras da rainha e a corte dos monarcas assim como de D. Leonor, sua fundadora. A partir do códice 11352, atualmente sob a guarda da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, Isabel Vilares Cepeda realizou um levantamento das obras deixadas em testamento pela rainha ao Mosteiro e abadessa da Madre de Deus, em Xabregas (CEPEDA, 1987, p. 51-81).

Trata-se do levantamento mais conciso acerca da biblioteca da rainha e que nos permite adentrar a esfera intelectual da monarca. D. Leonor deixou obras em latim e português relativas à literatura didática, história, poesia, romance, filosofia assim, como não poderiam deixar de ser, as temáticas de caráter moral, religioso e, inclusive, um título ligado à medicina. Entre as obras elencadas chama-nos a atenção a quantidade de obras de cunho didático, em especial os títulos de formação moral. Destacaremos aqui uma obra que recebeu tradução para língua portuguesa e primeira impressão por mecenato da mesma rainha. Trata-se do “*Le livre des trois vertus*”, de autoria de Christine de Pizan que, na versão portuguesa, recebeu o título de “*O Livro das Três Vertudes a Insinança das Damas*” ou, simplesmente, encontra-se “*Espelho de Cristina*”.

A obra referida está construída de modo a transmitir uma série de conselhos morais às mulheres dos três estados: 1º realeza e grandes senhoras, 2º donzelas da corte e 3º burguesas e outras mulheres da corte. Nela encontramos orientações preciosas

acerca das atitudes que se esperam das mulheres destes três estados. Destacamos uma passagem que trata da caridade para com os pobres. Aqui a caridade é associada a um caminho que dever ser percorrido pela princesa, a fim de ter uma vida virtuosa:

[...]Per esta via de caridade encaminhara a booa princesa. E com esto fara mais, assi como se ela reportasse a si meesma a palavra de Basillio onde diz ao rico: se tu conheces que os beens temporaaes te veerom per Deos, e tu conheces que has deles mais que outros muitos milhores que ti, pensarás, por isto, que Deos te fez justo? [...]

E a booa princesa deve seer bem avisada que compra as obras da misericordia, guardando seu estado vertuosamente, havendo boons servidores acerca de si e, isso meesmo, boons conselheiros, pera a bem conselharem e darem a eixucaçom seus boons propositos. E os senhores sempre devem a haver servidores de sua condiçom.

**E ela, toda booa, haverá servidores a si semelhantes, os quaaes mandara que saibam, per toda parte, onde haverá pobres vergonhosos ou giintiis homeens doentes (grifo nosso); [...]**

**Nem haverá vergonha a booa pessoa de, per si meesma, vesitar os spritaaes e os pobres, acompanhada segundo seu estado. Falara aos pobres e doentes e os tocara e confortara docemente, fazendo-lhe grandes e frorecidas esmolos (grifo nosso) [...]**. (PIZAN, 2011, p. 110-111).

As grandes senhoras devem praticar as obras de misericórdia, dar esmolos aos “*giintis homens doentes*” sem se envergonhar de “*vesitar os spritaaes e os pobres*”. São atitudes que a própria rainha assumirá ao criar o hospital que é foco deste trabalho.

Fazendo referência a estas obras literárias, citadas acima, pretendemos indicar o modo como se fazia a leitura da pobreza e da caridade. Nesses casos, se promovia o pobre – objeto da caridade – a uma posição mais elevada do que de seu doador. Assim sendo o miserável foi aquele que proporcionava aos que detinham maior riqueza, uma forma de exercer a caridade e expiar seus pecados. Os menos favorecidos acabaram se tornando indivíduos providos de um papel social fundamental nesta economia da salvação. A doação de esmolos, por exemplo, assegurava tanto uma forma de sobrevivência ao necessitado quanto possibilitava a salvação da alma daquele que lhe prestou ajuda.

Importa observar que, deste modo, a doação de esmolos estava ligada ao entendimento que o doador fazia sobre o seu futuro no Além. Se o pobre tinha o papel social de assegurar ao doador a prática de uma das três virtudes teologais, no caso a caridade, era por que se pensava que por meio das esmolos se poderiam obter vantagens sobrenaturais, em especial a diminuição do tempo no Purgatório.

A discussão acerca da função e origem do Purgatório, na Idade Média, se desenvolveu a partir da obra clássica de Le Goff (LE GOFF, 1995). Longe de esgotar o tema, a historiografia continua a produzir debates em torno das práticas sociais e individuais ligadas à essa geografia do Além. Laurinda Abreu demonstrou como, para Portugal na Idade Moderna, as Misericórdias de todo o país haviam se tornado *gestores do purgatório*, uma vez que, por legado testamentário, eram as Misericórdias as responsáveis por gerir a realização das missas perpétuas como objetivo de abreviar o tempo do testador no Purgatório (ABREU, 2000, p. 395-415). Apesar de, no caso estudado por Laurinda Abreu, não estar patente a relação entre esmolas aos necessitados e o Purgatório, serve para notarmos o efeito de longa duração da crença neste espaço e de que, essa crença, ainda orientava as práticas cotidianas.

Deste modo podemos compreender melhor que não é sem propósito a disposição, no Compromisso do Hospital da vila das Caldas da Rainha, das missas perpétuas em favor da rainha D. Leonor, D. João II e seu filho falecido D. Afonso. A leitura da fonte documental permite identificar um capítulo inteiro destinado a organizar a realização das missas perpétuas em favor dos seus fundadores<sup>17</sup>. A importância das missas perpétuas era tamanha para a fundadora do dito hospital, que fez incluir no referido Compromisso uma tábua em que se distribuía entre o vigário e os capelães esta obrigação<sup>18</sup>.

Um ordenamento complexo e exigente para uma instituição que, sabemos, exigia muito dos sacerdotes na assistência e cura dos pobres enfermos. Ainda assim em caso de descumprimento da realização das missas indicadas, era estabelecida uma penalidade com desconto em seus rendimentos aos que, por qualquer motivo, faltassem com suas obrigações.

Não só os pobres, mas a pobreza tinha suas virtudes e funcionalidade, visão mais tarde reformulada e restaurada pelas ordens mendicantes com outros matizes. Para os religiosos eremitas esta era a única forma de ascese espiritual. Em alguns casos, como aqueles que viveram na Espanha visigótica em mosteiros organizados sob a *Regula Isidori*, havia a obrigação de, na festa de Pentecostes, fazerem declaração solene de nada possuírem individualmente (DÍAZ Y DÍAZ, 1964, p. 223).

Há inclusive a defesa da pobreza, que está longe da pobreza material, e que se encontra ao alcance de todos: a pobreza moral. A defesa desta virtude resultou das interpretações de passagens dos Evangelhos em que havia, aparentemente, uma

condenação da riqueza material. Um exemplo claro está na forma como foi interpretada a sentença de Jesus Cristo, no mesmo capítulo 19 de Mateus, citado no prefácio do Compromisso.

A interpretação dada neste caso foi certamente voltada para o entendimento da pobreza, relatada na passagem, como a pobreza espiritual e moral associada ao temor a Deus. Mas ao mesmo tempo foi uma indicação certa de que os ricos deveriam utilizar de seus bens em favor dos pobres. A obra, já citada, de Christine de Pizan faz o comentário desta passagem, explicando às senhoras nobres do que se tratava, quando, as Sagradas Escrituras, apresentavam as dificuldades dos ricos serem salvos, e de como devem usar de seus bens materiais em favor dos pobres.

[...] E ao que Deos diz que “impossivel é que o rico se salve”, esto se diz pelo rico sem vertude, que das suas riquezas nom destrebuio em esmolas nem em obras piadosas, cuja bem aventurança é em seus haveres. [...]

E dos pobres, de que ele diz que som bem aventurados, entende-se dos pobres de spiritu. E pode seer isso meesmo huum mui rico e avondado mais nom prezara nada suas riquezas e, posto que as tenha, ele as despense a serviço de Deos, em boas obras; nem ensobervece por honra; nem engrandece por riquezas tal criatura, posto que avonde em riquezas e beens mundanaaes, é pobre de spiritu e possuira o reino dos ceos. [...]”. (PIZAN, 2002, p. 99-100)

Queremos com a referência feita aos textos e obras acima, descrever o ambiente em que se desenvolveram as ações dos monarcas, assim como dos homens nobres do reino em favor dos mais necessitados. Não pretendemos aqui estabelecer uma primazia do meio sobre os homens com uma espécie de determinismo social. Muito pelo contrário, nosso objetivo foi apenas o de fazer saber quais as influências, em especial de mote religioso, recebidas pelos homens deste tempo, que orientaram o erigir destas obras voltadas para a saúde do reino com destaque para o Hospital de Nossa Senhora do Pópulo.

Portanto, ao tentar responder a primeira pergunta formulada no início deste tópico, pudemos observar que a assistência era, em primeiro lugar, uma noção bastante ampla que se fundamentava essencialmente nas Sagradas Escrituras, na literatura devocional, nos sermões e exegese bíblica. Em segundo lugar a assistência se constituiu como uma ação prática em favor dos que, dependendo das circunstâncias, se colocavam

em uma situação de dependência, fazendo surgir assim formas materializadas de assistência como os lazaretos, mercearias, albergarias e hospitais.

No que tange à segunda pergunta que formulamos, há que se identificar alguns aspectos para a melhor compreensão desta tão difundida crise na assistência. Existe uma vasta bibliografia que consolida a perspectiva desta crise, mas temos que considerar que se trata de um colapso em um determinado modelo de proteção: o medieval. E o que levou a isso foram, sem dúvida, as inúmeras transformações pelas quais Portugal, inserido no conjunto maior de transformações da Europa, passava.

A compreensão do processo de desfalecimento dos modelos assistenciais medievais, tem como ponto de partida dois acontecimentos que mudaram a Europa na Baixa Idade Média (a Peste Negra, no século XIV, e os efeitos nocivos do crescimento populacional, no século XV) e que conduziram ao surgimento de novas formas de se entender a assistência aos necessitados no alvor da Idade Moderna.

No que se refere à Peste Negra existe um ponto a ser indicado e que conduz para a nova forma de assistência à saúde, que vai caracterizar os hospitais que surgem dentro deste processo de reforma da assistência em Portugal. Segundo John Henderson e Katharine Park a Peste Negra não foi a responsável por mudar a ótica sobre os pobres, mas sim a ótica acerca da assistência à saúde (HENDERSON, J. e PARK, K., 1991, p. 169). No estudo em questão os autores apontam para um aumento nas doações aos hospitais, que se reestruturaram e promoveram certa especialização do espaço hospitalar, com o surgimento de espaços distintos para cada grupo de enfermos.

Desta forma, e como podemos observar para o Hospital de Nossa Senhora do Pópulo, é evidente a distinção de sua forma de organização em relação aos hospitais conhecidos em Portugal na Idade Média. Essa distinção é palpável, também pelas suas formas de escolha e distribuição de enfermos pelo espaço do hospital, ao mesmo tempo em que havia um ambiente destinado aos peregrinos onde se mantinha a hospitalidade, preservando assim as raízes medievais dos hospitais. Ao mesmo tempo observamos a particularização de cuidados e, no caso em questão, pela existência, no corpo de funcionários do hospital, de físico, boticário, cirurgião, enfermeiros e toda uma gama de ofícios cujas atividades se relacionam com a cura durante o tempo de tratamento.

O outro aspecto que gostaria de indicar diz respeito a uma consequência negativa do crescimento populacional do século XV: o aumento da pobreza. Importa ressaltar, em primeiro lugar, que neste ambiente demográfico, econômico e social, o



padrão de assistência exercido durante a Idade Média não era já suficientemente capaz de suportar as novas exigências surgidas com as transformações que se arranjavam<sup>19</sup>. Essas mudanças foram sentidas de maneira distinta em cada região da Europa, chegando a dar origem a outras ideias de como se deveria dar tratamento aos pobres que aumentavam. Se, por um lado, temos essa tendência de cuidado com os pobres enfermos houve também extremos chegando até mesmo a sugerir que os pobres fossem enclausurados<sup>20</sup>.

Em alguns casos eram evidentes aqueles que falseavam sua condição, se dizendo pobres, para obter o apoio dos seus pares. O problema dos “falsos pobres” não era novidade, pelo menos, desde 1427, havia uma regulamentação que exigia licença de juízes e vereadores para se mendigar em Lisboa (MENDES, 1973, p. 582).

Entretanto, é certo que a crise das instituições de assistência na Baixa Idade Média não se deu por conta dos falsos pobres. Aliado aos aspectos apontados acima há, sem dúvida, que se identifica a má administração dos gestores como um dos motivos deste desfalecimento na assistência. Paulo Drumond Braga encontrou, em várias situações, mas especialmente nos tombos das casas de assistência, a recorrente justificativa para seu mau funcionamento expresso nos termos *maa guouernança, bens danificados, sonogados ou enlheados* (BRAGA, 1991, p. 178-185).

Incapacidade de atendimento às novas demandas geradas pelo aumento do número de pobres, um maior número de doentes, com surtos epidêmicos recorrentes, como é o caso da sífilis que brotou na segunda metade do século XV, crises cíclicas, o que fazia crescer a quantidade de famintos, as guerras de Reconquista ou entre reinos na Península Ibérica, que fazia crescer a cifra de viúvas e órfãos, patrimônios utilizados em benefício próprio dos administradores ou mesmo mal geridos. Foi, portanto, neste contexto geral e no acentuar destas transformações, que os governos perceberam a necessidade de intervir no campo da assistência.

Entendemos que a conjugação destes aspetos tornou possível a combinação da caridade, do poder político e da medicina, assim como do secular e do espiritual, num mesmo espaço – o hospital – surgidos, também como resposta a essa crise da assistência. Some-se a isso motivação religiosa do momento enraizada da Casa Real e nas elites locais, difundida em toda a população, e que Isabel Sá denominou de “cultura da caridade”, sem a qual não se pode compreender o ambiente motivacional fundamental de todo o processo de reordenamento da assistência e que tem como

expoentes máximos o Hospital de Todos os Santos, em Lisboa e o Hospital de Nossa Senhora do Pópulo, nas Caldas da Rainha.

## Referências:

BIBLIA de Jerusalém. Paulus: São Paulo, 2002.

CARTINHA. Lisboa: João Pedro Bonhomini de Cremona. 1502. Disponível em: <<http://purl.pt/15028>>

ORTIZ DE VILLEGAS, Diego. *Cathecismo pequeno de doutrina e instrução que os xpãosham de cree e obrar pêra conseguir a benaventuranca eterna feito e copilado polloreuerendissimosenior dom Dioguo Ortiz bispo de çepta ...*. Lixboa: per Valent[m] Fernãdez alemã e Iohã Pedro Boõhomini de Cremona, 20 Julho 1504. Disponível em: <<http://purl.pt/14885>>

PIZAN, Christine. *O Livro das Três Vertudes a Insinança das Damas*. Ed. Crítica de Maria de Lourdes Crispim. Lisboa: Caminho, 2002

PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM – volume III: A fundação das Misericórdias – O reinado de D. Manuel I. Centro de Estudos de História Religiosa da Faculdade de Teologia – Universidade Católica Portuguesa; (coord. científico José Pedro Paiva) Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002.

SANCHEZ DE VERCIAL, Clemente. *Sacramental*. Lysboa: per Ioha[m] Pedro de Cremona, 28 de Sete[m]bro 1502. Disponível em :<<http://purl.pt/15164/3/>>.

---

<sup>1</sup>Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás. Professor de História Medieval do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Goiânia/Goiás – Brasil. E-mail: [andrelarissaaliceeva@gmail.com](mailto:andrelarissaaliceeva@gmail.com)

<sup>2</sup>Entendemos aqui formas de solidariedade vertical aquelas promovidas por indivíduos de categoria social mais destacada em favor de outros que se encontram abaixo de seu estatuto social. Por solidariedade horizontal, entendemos as instituições de apoio mútuo, cuja mais conhecida para o período medieval é, sem dúvida, a confraria. Para o período moderno outras formas de solidariedade horizontal vão surgir, como as irmandades e as misericórdias, mas todas com a mesma raiz: o mútuo apoio entre indivíduos que se identificam como iguais em algum aspecto de suas vidas.

<sup>3</sup>O cotejamento entre o *Compromisso do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo* e o *Regimento do Hospital de Todos os Santos* permite observar o cuidado que os monarcas portugueses envolvidos na fundação dos hospitais tiveram em definir como objetivo dos mesmos os cuidados aos pobres enfermos. Tais documentos encontram-se publicados em: PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM – volume III: A fundação das Misericórdias – O reinado de D. Manuel I. Centro de Estudos de História Religiosa da Faculdade de Teologia – Universidade Católica Portuguesa; (coord. científico José Pedro Paiva) Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002.

<sup>4</sup> Vejam-se por exemplo: “Nunca faltarão pobres na terra, e por isso dou-te esta ordem: abre tua mão ao teu irmão necessitado ou pobre que vive em tua terra” (Dt 15, 11); “Dá esmola dos teus bens, e não te desvies de nenhum pobre, pois, assim fazendo, Deus tampouco se desviará de ti” (Tb 4, 7); “Pobres vós tereis sempre convosco. A mim, porém, nem sempre me tereis” (Mt 26, 11); “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque me ungiu; e enviou-me para anunciar a boa nova aos pobres, para sarar os contritos de coração” (Lc 4, 18); “Então ele ergueu os olhos para os seus discípulos e disse: Bem-aventurados vós que sois pobres, porque vosso é o Reino de Deus! (Lc 6, 20)”.

<sup>5</sup> Veja o documento completo em: PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM – volume III: A fundação das Misericórdias: o reinado de D. Manuel I. Centro de Estudos de História Religiosa da

---

Faculdade de Teologia – Universidade Católica Portuguesa; (coord. científico José Pedro Paiva) Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, p. 132-151.

<sup>6</sup> Veja também em: SOUSA, Ivo Carneiro de. O cardeal D. Jorge da Costa e a reforma da assistência em Portugal. In: *Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga: Actas*. Braga: Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa: Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, N. 2, vol. 1, p. 646-660.

<sup>7</sup> Mateus 25: 31-46.

<sup>8</sup> Para entender melhor como os homens deste período faziam a associação entre Misericórdia e Justiça veja-se o “Auto de Deus Padre e justiça e mia: obra nouamente feita em a qual se representa a Misericórdia e a Justiça perante Deos Padre...,” de Gil Vicente.

<sup>9</sup> Veja obra inteiramente disponível em: SOUSA, Ivo Carneiro de. *A rainha da Misericórdia na História da espiritualidade em Portugal na época do Renascimento. (policopiada)*. Tese de doutoramento em Cultura Portuguesa. 1992, Universidade do Porto, Vol. 2. pp. 280-294.

<sup>10</sup> “*Explicação das Obras de Misericórdia*” disponível em: SOUSA, Ivo Carneiro de. *A rainha da Misericórdia na História da espiritualidade em Portugal na época do Renascimento. (policopiada)*. Tese de doutoramento em Cultura Portuguesa. 1992, Universidade do Porto, Vol. 2. pp. 280-294..

<sup>11</sup> “*Explicação das Obras de Misericórdia*”... Idem.

<sup>12</sup> Segundo o autor da referida obra os privilégios dos misericordiosos são assim apresentados. [...] dezemos que quatro o primeiro he que esta virtude de natura e as cousas que som de natura som mais onradas e mais perlongadas que as outras e por esto nom se podem tamaginha perder e asy dizia Job de a minha meninice creceo commigo a misericórdia o segundo he que os homeens misericordiosos nunca pecam a sabendas ca tal pecado como este nom vem salvo de dureza de coração a qual nom he em os homeens misericordiosos e por esto dizem que os homeens misericordiosos am coração de carne e os cruees am coração de pedra o terceiro privilegio he que os misericordiosos veem ligeiramente a peemdença caam a alma e a vontade piadosa e porem muito aginha fazem aquello que dise o proffeta tirade de vosos corações todo mal e pecado o quarto privilegio he os misericordiosos amalabes ou nunca se perdem [fl. 198v] ca nenhuum nunca se perde se non o que em a fim de sua vida nom faz peemdença e os misericordiosos sempre se arrependem muito [...]”. Idem.

<sup>13</sup> Utilizamos aqui duas fontes onde se pode encontrar a obra de Vercial. A primeira encontra-se disponível para download, na página da Biblioteca Nacional de Portugal, diversas cópias de diferentes edições. Utilizamos aqui a edição de 1502, publicada por João Pedro Bonhomini de Cremona (ou simplesmente Pedro de Cremona), disponível em :<<http://purl.pt/15164>>.

Encontra-se também digitalizado uma “Cartinha” do mesmo editor, João Pedro Bonhomini de Cremona, publicada em 1501, onde podemos identificar as obras de misericórdia espirituais. Disponível em: <<http://purl.pt/15028>> assim como um “Cathecismo pequeno” do mesmo editor em: <<http://purl.pt/14885>>. Estas são obras interessantes para quem pretende estudar com mais pormenor a importância da impressão de obras em língua portuguesa na difusão das ideias religiosas. A outra fonte utilizada foram os excertos publicados em: PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM – volume III: A fundação das Misericórdias: o reinado de D. Manuel I. Centro de Estudos de História Religiosa da Faculdade de Teologia – Universidade Católica Portuguesa; (coord. científico José Pedro Paiva) Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002.

<sup>14</sup> SANCHEZ DE VERCIAL, Clemente. Sacrame[n]tal/por Crimente Sanchez d<sup>a</sup>verçhial bacharel em leys... – Lysboa: per Ioha[m] Pedro de Cremona, 28 Sete[m]bro 1502. Disponível em :<<http://purl.pt/15164>> .

<sup>15</sup> Assim se apresentam as obras espirituais: “As obras de misericórdia som sete como quer que alguns põem xiiii mas reduzen-se a sete Ca som sete sprituaes e sete corporaes. As sete sprituaes som estas: ensynar, conselhar, castigar, consolar, sofrer, perdoar, rogar. A premeyra he ensynhar aos ynorantes ca devemos ensynhar aos sympres que nom sabem o que fazem e nom devemos seer escassos de ensynhar o que sabemos e os prelados e os que tem curas devem ensynhar a seu povoo e a seus subditos a ter creença de Jesu Christo e emforma-los em os mandamentos de Deus e em os sacramentos da Santa Madre Ygreja [...] A segunda he aconselhar a seu prouximo se o vee errar ou estar prestes para pecar que o parta e tyre de error para que se guarde de pecar e o conselho verdadeyro he escolher o bem e leyxar o mal [...] A terceira he castigar. E primeiramente cada hum deve castigar a sy mesmo ca a caridade ordenada asy mesmo deve começar e depois correger e castigar ao que pecar [...] A quarta he consolar. Todo chrispaão boo deve consolar a seu prouximo se vee que teem alguua tribulaçom ou proveza ou esta em algum grande prigo e nom deve escarnecer delle nem gozar-se da sua tribulaçom e affliçom ante deve trabalhar-se de o tyrar de tristeza [...] A v he perdoar todo boo christaão deve perdoar a seu prouximo todo rancor

---

odio e mal querença injuria offensa que lhe avia feyta [...] A vi he soffrer a seu prouximo que lhe fezer mal e lhe fezer injuria e deshonra nem deve logo tomar sanha com elle nem torvar-se e vengar-se [...] A vii He rogar. Cada hum deve rogar a Deus assi pollos vivos como pollos mortos e polla madre Sancta Ygreja que Deus a garde e deffenda e pollos reys e príncipes christaãos que Deus lhes de paz e perseverança em os seus mandamentos e que Deus conserve e garde a castidade aos virgeens e religiosos e continentes que prometerom castidade e aos casados de vontade as viuvas e orfaãos consolações aos proves riquezas com que possam em este mundo passar, aos atribulados e afflitos o bem que desejam e consolaçom aos periginos e caminhantes que Deos os torne a suas casas, aos que andam no mar lhes de porto de saude e Deus de a todos graça e aos boons que preseverem e estem firmes em a fe. E aos maos que nom pereçam nem se percam.” Vide a publicação disponível em: <<http://purl.pt/15164>>.

<sup>16</sup>SANCHEZ DE VERCIAL, Clemente. Sacrame[n]tal/por Crimente Sanchez d<sup>a</sup>verçhial bacharel em leys... – Lysboa: per Ioha[m] Pedro de Cremona, 28 Sete[m]bro 1502. Disponível em :<<http://purl.pt/15164>> .

<sup>17</sup>Veja o texto completo do Compromisso em: PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM – volume III: A fundação das Misericórdias: o reinado de D. Manuel I. Centro de Estudos de História Religiosa da Faculdade de Teologia – Universidade Católica Portuguesa; (coord. científico José Pedro Paiva) Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, pp. 132-151.

<sup>18</sup>“[...] A regra da tabua para se regerem as missas. Item o primeiro dia de Agosto o vigário dira missa e dois capelães mais antigos que nomeamos por primeiro e segundo e o terceiro ficara de fora para dizer qualquer missa de devoção que aí houver, e no segundo dia dirá outrosim o vigario missa e dois capelães, seja primeiro e terceiro, e o segundo ficara de fora. E no terceiro dia dira o dito vigario missa e os dois capelães, seja segundo e terceiro e o primeiro ficara[m] de fora; e no quarto e quinto dia dirão missa os tres capelães e o vigario ficara de fora, e no sexto dia tornara a roda ao dito vigario e dois capelães, seja primeiro e segundo, e o terceiro ficara de fora, e por esta maneira prosseguira ate 25 dias de Novembro que se acaba em dia de S. Clemente e dali em diante não tera o dito vigario mais de um dia em cada roda até ao fim do ano que se acabara no derradeiro dia de Julho. E no primeiro de Agosto começarão sempre esta roda [...].Compromisso do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo in:PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM – volume III: A fundação das Misericórdias: o reinado de D. Manuel I. Centro de Estudos de História Religiosa da Faculdade de Teologia – Universidade Católica Portuguesa; (coord. científico José Pedro Paiva) Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, pp. 132-151.

<sup>19</sup> Uma boa síntese da situação pela qual passava Portugal está na obra clássica: OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

<sup>20</sup> Apesar de não poderem ser observadas para o caso de Portugal no final do século XV e início do XVI, é curioso notar que surgem, até mesmo, discursos que pretendiam dar novo enquadramento à pobreza e á forma como lidar com ela. É o caso das ideias que defendiam o enclausuramento dos pobres como medida preventiva para os transtornos gerados nas cidades. Ao mesmo tempo foram aparecendo novas perspectivas que pretendiam diferir os pobres entre aqueles que, de fato, necessitavam da ajuda dos seus irmãos pobres que falseavam sua condição para se aproveitar da boa vontade de outros. Alguns autores chegaram a escrever tratados sobre os pobres e sobre como resolver a pobreza das cidades. Em Portugal essas ideias tiveram penetração apenas no final do século XVI. Sobre essa temática ver: ABREU, Laurinda. Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII). Évora, Ed. Colibri, 2005. ABREU, Laurinda. Repressão e controlo da mendicidade no Portugal Moderno, In: *Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social*: Iglesia, Estado y Comunidad, (Siglos XV-XX), Bilbao:Universidad del País Vasco, 2007, pp. 95-119.

Artigo recebido em 19/01/2016. Aprovado em 22/02/2016.